



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**AÇÃO CAUTELAR (12061) Nº 0600752-84.2018.6.00.0000 (PJe) -
BRASÍLIA - DF**

Relator: Ministro Admar Gonzaga Neto

Requerente: Manoel Pereira Machado Neto

Advogado(s): Manoel Pereira Machado Neto

Requerido: Luiz Inácio Lula da Silva

DECISÃO

EMENTA: PETIÇÃO. ARGUIÇÃO DE INELEGIBILIDADE. PROIBIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATOS DE CAMPANHA. IMPEDIMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. IMPEDIMENTO DE UTILIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATO. ILEGITIMIDADE DA PARTE.

Trata-se de pedido apresentado por Manoel Pereira Machado Neto, por meio do qual pleiteia a imediata declaração de inelegibilidade do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com base nos arts. 14, §9º, da Constituição da República e 1º, I, alínea "e" da Lei Complementar nº 64 de 1990.

Assevera, em suma, que a inelegibilidade do Requerido é notória e, ademais, que sua eventual candidatura ocasionaria prejuízos sociais e econômicos ao país.

Ao final, requer que este Tribunal Superior declare, desde logo, a inelegibilidade do Requerido, assim como impeça, antecipadamente, o seu registro de candidatura, bem ainda que pratique atos de pré-campanha. Requer ainda seja o Partido dos Trabalhadores notificado para que "apresente novo pre candidato [sic] com caráter elegível ao cargo de presidente da república [sic]".

AC nº 0600752-84.2018.6.00.0000/DF

Os autos vieram-me conclusos, na forma do art. 17 do RITSE¹.

É o relatório.

Decido.

A controvérsia jurídica travada nos autos encontra óbice quanto à análise da questão de fundo em face de vício processual insanável. Isso porque a demanda apresenta um pedido impugnativo ajuizado por um cidadão, despido de legitimidade ativa amparada na lei.

Independentemente da análise do conteúdo do pedido, cujo entendimento deste prolator é público e notório, a existência de vício processual insanável impede a própria apreciação do pleito.

Não obstante vislumbrar a inelegibilidade chapada do requerido, o vício processual apontado impõe a extinção do processo.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília, 31 de julho de 2018.


Ministro **LUIZ FUX**

Presidente (art. 17 do RITSE)

¹ Durante o período de férias forenses, compete ao presidente e, em sua ausência ou impedimento, ao vice-presidente, decidir os processos que reclamem solução urgente; na ausência de ambos, observar-se-á a ordem de antiguidade.